



1º Relatório Mensal de Atividades

2016 a 2023

COMERCIAL INTERNACIONAL LTDA.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL N.º 5002623-22.2016.8.21.0004

JUÍZO DO JUIZADO REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE PASSO FUNDO/RS

JUIZ: DR. JOÃO MARCELO BARBIERO DE VARGAS

Sumário

01 **Considerações iniciais**

02 **Cronograma Processual**

03 **Informações sobre a Recuperanda**

04 **Estrutura do Passivo**

05 **Análise Econômico-Financeira**

06 **Plano de Recuperação Judicial**

07 **Considerações Finais**

08 **Anexos**

01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

O Administrador Judicial é o agente auxiliar da justiça e de confiança do Juiz que, ao assumir as suas funções, compromete-se a bem e fielmente desempenhar o encargo, com as responsabilidades a ele inerentes. O principal dever da Administração Judicial na Recuperação Judicial consiste em fiscalizar as atividades da devedora, porquanto este permanece na gestão empresarial.

O resultado dessa fiscalização é materializado por meio da apresentação de relatórios mensais de atividades (RMA), cujo dever é estabelecido à Administração Judicial no art. 22, II, 'c', da Lei n.º 11.101/05 (LRF), recentemente incluída pela Lei n.º 14.112/20, segundo o qual:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

II – na recuperação judicial:

c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020).

As informações apresentadas nos relatórios serão baseadas em dados contábeis, financeiros e operacionais apresentados pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da LRF. Tais informações, todavia, **não serão objeto de exame independente ou de procedimento de auditoria**, de forma que não se poderá garantir ou afirmar a sua correção, precisão e completude.

Isso porque, como bem referem Daniel Carnio e Alexandre Correa, “a intenção do legislador nessa norma é a de que a administração verifique a plausibilidade e a veracidade da documentação apresentada pelo devedor, servindo como efetivo ente fiscalizatório”. Mais adiante, acrescentam que “a inclusão da alínea 'c', inciso II, do referido artigo não ocorreu para responsabilizar o auxiliar do juízo por informações inverídicas prestadas pela recuperanda”, mas sim para obrigá-lo “a fiscalizar essas informações e conferir, dentro das suas possibilidades de trabalho, se os dados possuem lastro na realidade da empresa.

(COSTA, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, pp. 107-109).

O presente relatório, portanto, não objetiva atestar a veracidade e a conformidade das informações contábeis e financeiras prestadas pela Devedora. Objetiva, por outro lado, conferi-las, a fim de aferir se guardam embasamento com a realidade coletada pela Administração Judicial nas vistorias – físicas ou virtuais – realizadas nas instalações da devedora.



01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo reunir, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da Empresa **COMERCIAL INTERNACIONAL LTDA.**, ofertando ao Juízo, ao Ministério Público, aos credores e aos demais interessados um relato transparente dos principais fatos ocorridos no período analisado.

O período objeto de análise processual e operacional corresponde aos exercícios sociais de **2016 a 2023**, porquanto se trata do primeiro relatório mensal de atividades (RMA) apresentado pela Administração Judicial.

Ressalta-se que os exercícios de 2024 e 2025, bem como os primeiros meses de 2026, não foram contemplados neste relatório, tendo em vista que a respectiva documentação contábil ainda se encontra em fase de revisão e fechamento pela equipe contábil da Recuperanda.

Conforme alinhado durante a reunião realizada no dia 28 de maio de 2026, os dados contábeis mais recentes serão encaminhados à Administração Judicial após a conclusão do fechamento contábil. Destaca-se, ainda, que a recente alteração de escritório de contabilidade impactou a organização, revisão e consolidação da documentação pendente.

Ao lado, apresenta-se as atividades desempenhadas por esta Equipe Técnica.

Resumo das Atividades de Competência da AJ

Atendimento e prestação de informações aos credores;

Solicitação e análise da documentação contábil, bem como das atividades da Recuperanda;

Vistoria à sede da Recuperanda, de forma a verificar a continuidade da atividade e angariar informações sobre a operação;

Elaboração dos Relatórios Mensais de Atividades (RMA), fiscalização dos procedimentos inerentes ao correto andamento do processo de recuperação judicial e prestação de informações ao Juizado Regional Empresarial da Comarca de Passo Fundo/RS.

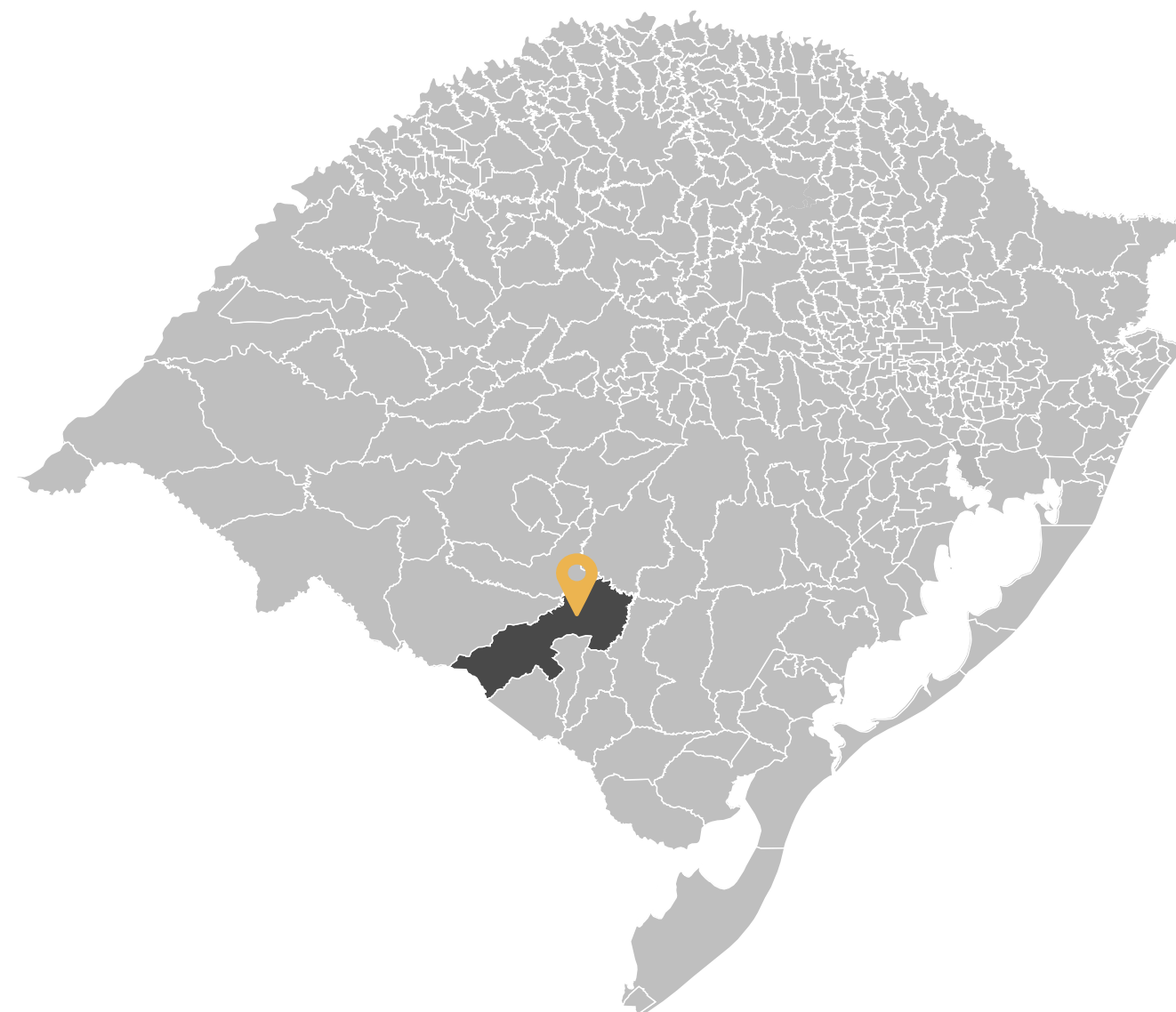
02. Cronograma Processual

Comercial Internacional LTDA.



03. Informações sobre a Recuperanda

Localizações das atividades operacionais¹



A seguir, apresenta-se um link contendo os registros das visitas realizadas *in loco* à matriz e às filiais da Recuperanda, em 28/04/2026.



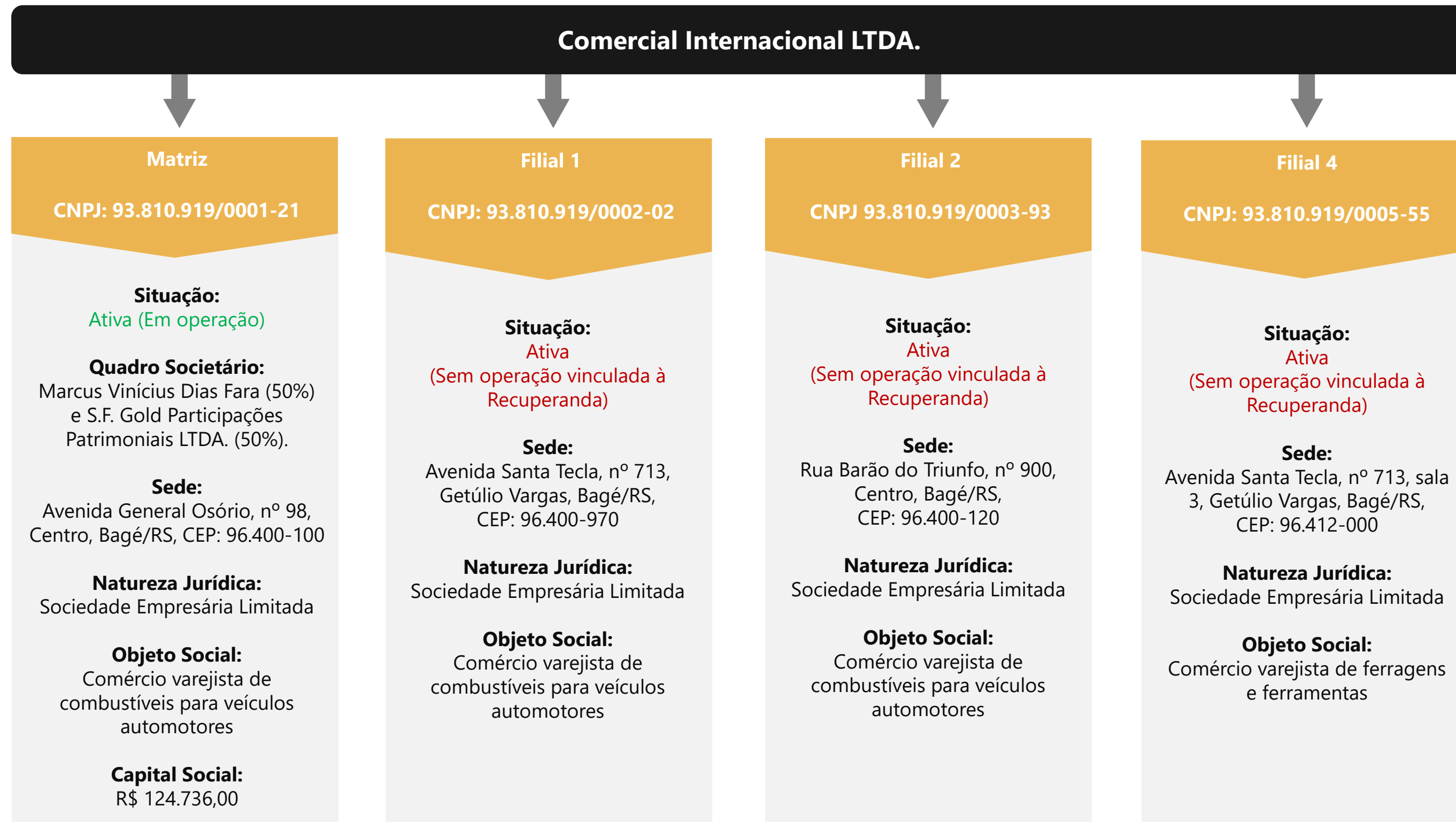
Os endereços abaixo correspondem à matriz e às três filiais ativas da Comercial Internacional LTDA., todas situadas em Bagé/RS:

-  **Comercial Internacional LTDA. – Matriz - (CNPJ: 93.810.919/0001-21):** Avenida General Osório, nº 98, Centro, Bagé/RS, CEP 96400-100;
-  **Filial 1 (CNPJ: 93.810.919/0002-02):** Avenida Santa Tecla, nº 713, Getúlio Vargas, Bagé/RS, CEP: 96.400-970;
-  **Filial 2 (CNPJ: 93.810.919/0003-93):** Rua Barão do Triunfo, nº 900, Centro, Bagé/RS, CEP: 96.400-120;
-  **Filial 4 (CNPJ 93.810.919/0005-55):** Avenida Santa Tecla, nº 713, sala 3, Getúlio Vargas, Bagé/RS, CEP: 96.412-000.

¹ Conforme registrado na 3ª Alteração Pós-Consolidação do Contrato Social, foram formalmente encerradas as atividades das Filiais 3, 5, 6 e 7. Além disso, embora a matriz permaneça em operação, os demais endereços anteriormente indicados como unidades operacionais não integram mais a estrutura ativa da Recuperanda. Ressalta-se, ainda, que as Filiais 1, 2 e 4, apesar de apresentarem CNPJs ativos, não possuem operações vinculadas à Recuperanda.

03. Informações sobre a Recuperanda

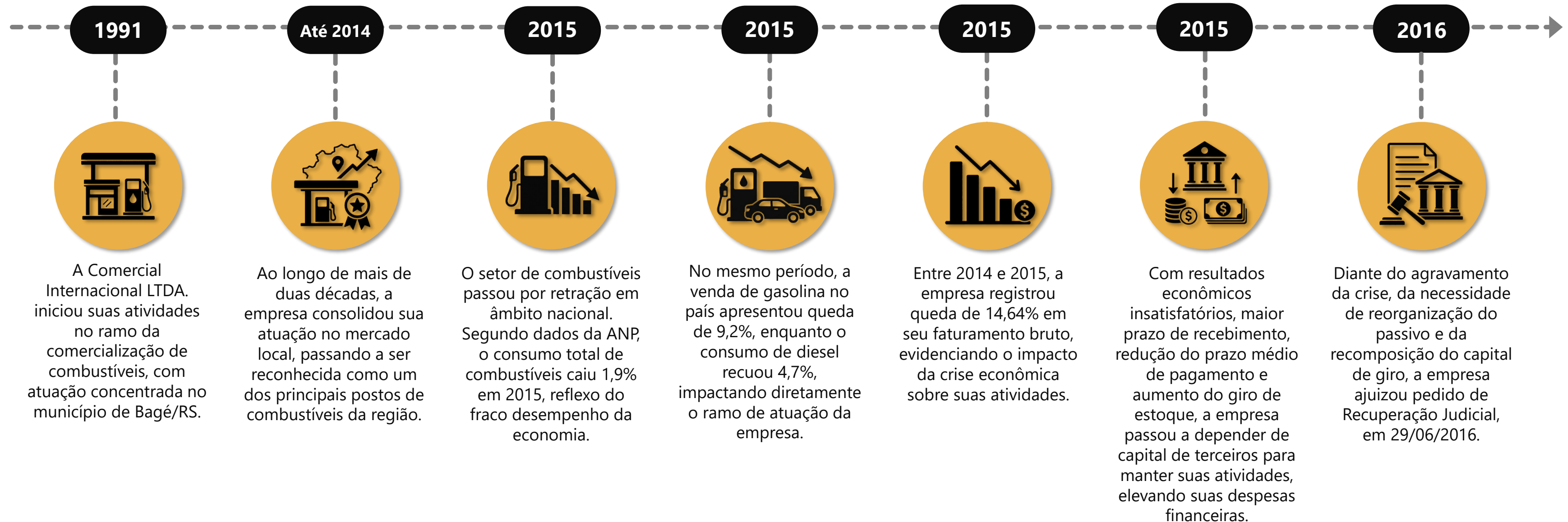
Descrição da empresa e quadro societário¹



¹ As informações foram extraídas da documentação societária encaminhada administrativamente à Administração Judicial. Ressalta-se que o CNPJ nº 93.810.919/0005-55 corresponde à Filial 4, uma vez que a Filial 3, inscrita no CNPJ nº 93.810.919/0004-74, teve suas atividades encerradas, assim como as Filiais 5, 6 e 7, inscritas nos CNPJs nº 93.810.919/0006-36; 93.810.919/0007-17 e 93.810.919/0008-06.

03. Informações sobre a Recuperanda

Breve Histórico

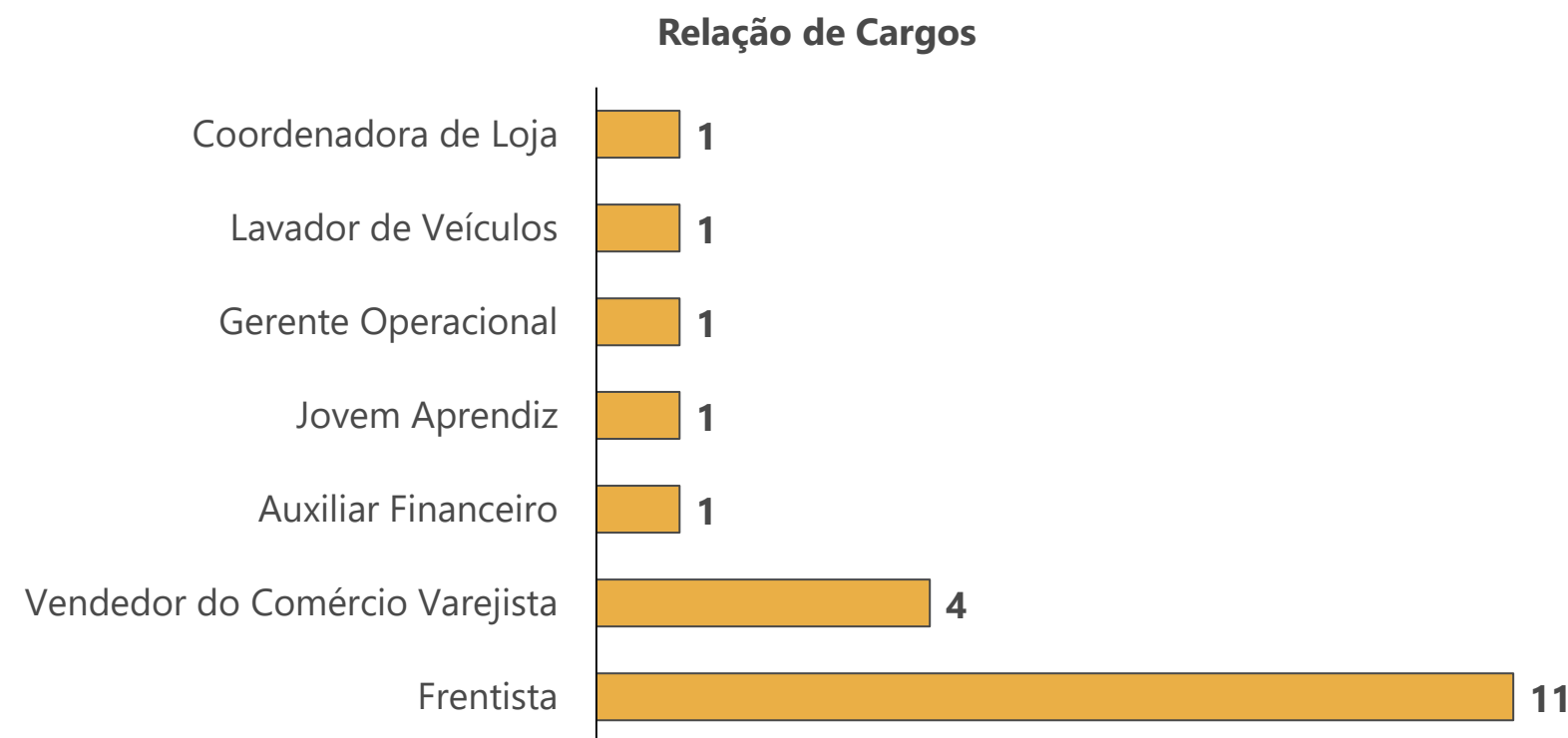


03. Informações sobre a Recuperanda

Quadro funcional e causas da crise

Quadro Funcional

Com base na documentação apresentada à Administração Judicial, emitida em 20 de maio de 2026, a Recuperanda contava com 20 funcionários, todos contratados sob o regime da CLT, distribuídos em 7 cargos, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Também foram encaminhadas as folhas de pagamento referentes ao exercício social de 2024, que totalizaram, aproximadamente, R\$ 268 mil em valores líquidos.

Além disso, foram apresentadas as folhas de pagamento de janeiro a abril/2026, que somaram o valor aproximado de R\$ 164 mil.

Causas da Crise

Abaixo, apresentam-se cinco tópicos que abordam as principais causas da crise enfrentada pela Recuperanda, conforme informações extraídas da petição inicial constante nos autos processuais (Evento 7 – PROCJUDIC1).

- 01



Recessão econômica nacional
Retração do setor de combustíveis.
- 02



Queda no consumo
Redução no consumo e nas vendas de gasolina e diesel.
- 03



Faturamento em queda
Queda no faturamento bruto entre 2014 e 2015.
- 04



Pressão no capital de giro
Em razão do aumento de prazo para recebimento, além do acréscimo do giro nos estoques, houve a necessidade de captação de recursos de terceiros para capital de giro.
- 05



Aumento do endividamento e dos custos financeiros
Aumento da captação de recursos junto à instituições financeiras e elevação das despesas financeiras.

03. Informações sobre a Recuperanda

Passivo Tributário, Extraconcursal, Contingente e Títulos Protestados



Passivo Tributário

Conforme consulta realizada em 02 de julho de 2026, junto ao sistema Regularize (<https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>), foram identificados débitos inscritos em **Dívida Ativa** em nome da Recuperanda, distribuídos entre a matriz e suas filiais, os quais perfazem o montante aproximado de R\$ 8,4 milhões, conforme quadro resumo abaixo.

Dívida Ativa	Valor
Estados/Distrito Federal	R\$ 3.449,45
Tributário – Demais Débitos	R\$ 402.794,31
Tributário – Previdenciário	R\$ 7.542.409,65
Não Tributário – Multa Trabalhista	R\$ 152.062,36
FGTS	R\$ 318.943,61
Total	R\$ 8.419.659,38

Além disso, a empresa encaminhou uma **Certidão Positiva de Débitos** perante o Estado do Rio Grande do Sul, além do relatório de dívidas tributárias emitido pelo e-CAC - em 12/05/2026 -, que apontou a existência de débitos de, aproximadamente, R\$ 35 mil.

Títulos Protestados

Com base na consulta realizada no dia 02 de julho de 2026, no site de Cartórios e Protestos (<https://site.cenprotnacional.org.br/>), foi constatada a existência de **27 títulos protestados** em nome da Devedora, que totalizam cerca de R\$ 280 mil, conforme quadro a seguir.

Tabelionato	Cidade	Qtde de Protestos	Valor
Serviço Notarial e Registral de Bagé	Bagé/RS	25	R\$ 279.984,80
2º Tabelionato de Protestos de Bagé	Bagé/RS	2	R\$ 762,17
Total		27	R\$ 280.746,97

Passivo Extraconcursal e Passivo Contingente

Com relação ao passivo extraconcursal e ao passivo contingente, ressalta-se que a Recuperanda não encaminhou informações ou documentos específicos acerca da existência, composição ou atualização dessas obrigações, razão pela qual não foi possível realizar análise sobre tais pontos no presente relatório.

03. Informações sobre a Recuperanda

Demais informações

Demais Informações



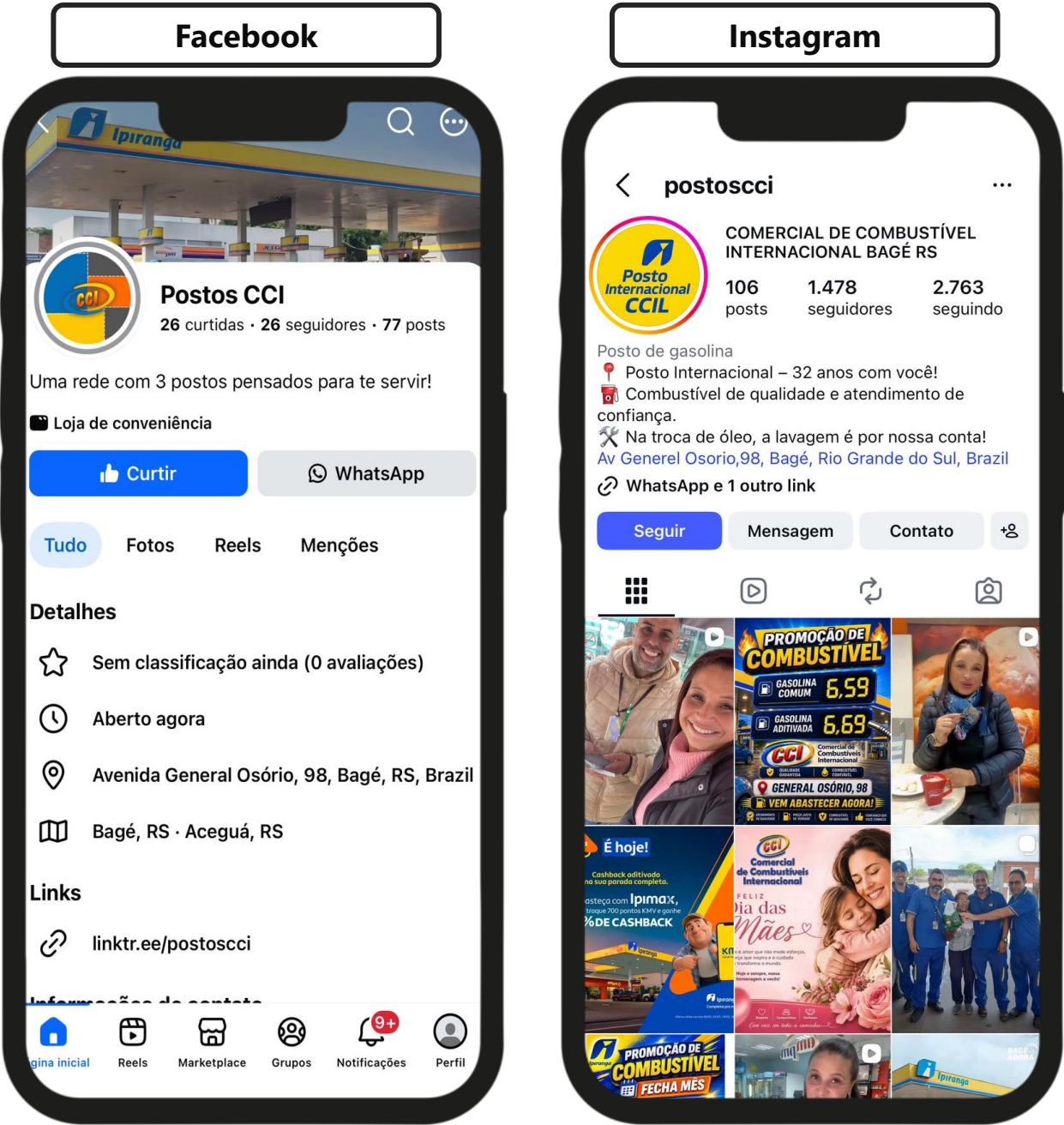
Considerando que se trata de recuperação judicial ajuizada em 2016, cujo acompanhamento passou a ser realizado por esta Administração Judicial apenas posteriormente (em 2026), registra-se que a análise foi efetuada com base nos balancetes anuais disponibilizados, relativos aos exercícios de 2016 a 2023. Embora não tenha sido apresentado o livro razão que permitiria verificar, de forma individualizada, a efetiva quitação das **obrigações contraídas após o ajuizamento da Recuperação Judicial**, tais como salários, água, luz e fornecedores, os balancetes indicaram movimentações nessas rubricas, sugerindo a ocorrência de baixas e/ou adimplementos ao longo dos períodos analisados.



Em relação aos **honorários da Administração Judicial**, destaca-se que, até o momento da elaboração deste relatório, aguardava-se o adimplemento da 1ª parcela, no valor de R\$ 5.644,11, cujo pagamento estava previsto para ocorrer em julho/2026.

Redes Sociais

Em 02 de julho de 2026, foram realizadas pesquisas nos sites do Facebook e do Instagram, com o objetivo de identificar eventual presença digital da Comercial Internacional LTDA. A partir das buscas realizadas, foram localizados os perfis apresentados a seguir.



03. Informações sobre a Recuperanda

Ativo Imobilizado

Durante o período compreendido entre os anos de 2016 e 2023, foram identificadas movimentações nas rubricas integrantes do **Ativo Imobilizado**, com acréscimos em determinadas subcontas e reduções em outras.

Em termos gerais, o saldo líquido do Ativo Imobilizado passou de R\$ 1.178.350,73, em 2016, para R\$ 1.223.653,72, em 2023, representando um aumento de 3,84% no período analisado.

Contudo, diante da ausência do Livro Razão, não foi possível atestar, de forma conclusiva, se as reduções verificadas em determinadas rubricas decorreram de baixas, alienações ou reclassificações contábeis. Observa-se, ainda, que a Recuperanda realiza a contabilização das depreciações dos bens.

Diante de tal limitação, a análise dos bens também considerou a relação encaminhada por e-mail à Administração Judicial, onde foram indicados os ativos atualmente vinculados à Recuperanda. Conforme documentação enviada, os bens são constituídos, em sua maioria, por veículos, máquinas, equipamentos, instalações e um imóvel, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,4 milhão.

Ressalta-se, ainda que, segundo informado pelos representantes da Recuperanda, os bens relacionados correspondem àqueles já apresentados em 02/09/2016, quando houve a apresentação do Plano de Recuperação Judicial. Por essa razão, parte desses ativos estaria depreciada, obsoleta ou, ainda, transformada em sucata.

Assim, ao comparar a Relação de Bens com as rubricas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço Patrimonial de 2023, verificou-se uma razoável correspondência entre os bens listados e os registros contábeis da Recuperanda. Para fins de comparação, a tabela ao lado considera os bens imobilizados pelo custo de aquisição, sem a dedução da depreciação acumulada.

Após a dedução da depreciação - registrada no Balanço Patrimonial de 2023 -, o saldo líquido do imobilizado totalizou em torno de R\$ 1,2 milhão, valor próximo ao montante de R\$ 1,4 milhão indicado na relação de bens. Desse modo, embora os valores não sejam idênticos, observa-se uma semelhança relevante entre os bens relacionados e aqueles contabilizados pela Recuperanda.

Categoria de bens	Relação de bens	Balanço Patrimonial - 2023
Veículos	R\$ 229.000,00	R\$ 229.000,00
Instalações	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
Informática	R\$ 70.000,00	R\$ 74.189,99
Móveis/equipamentos	R\$ 66.982,41	R\$ 68.223,03
Máquinas/equipamentos	R\$ 325.000,00	R\$ 390.350,06
Imóvel	R\$ 480.000,00	R\$ 680.000,00
Ferramentas	R\$ 13.500,00	R\$ 13.428,18
Equipamentos Eletrônicos	R\$ 0,00	R\$ 69.451,68
Total	R\$ 1.424.482,41	R\$ 1.764.642,94

03. Informações sobre a Recuperanda

Visita *in loco* realizada no dia 28/04/2026

No dia 28 de abril de 2026, o representante da Administração Judicial, Sr. José Renato Ferreira Hernandes Junior (OAB/RS n.º 134.899), compareceu aos estabelecimentos comerciais da recuperanda, com objetivo de aferir as condições concretas de funcionamento, a estrutura operacional instalada e a presença de elementos mínimos caracterizadores de atividade regular.

Em atenção à necessidade de verificação fática das atividades da recuperanda, foram realizadas diligências *in loco* nos endereços indicados como sendo de funcionamento da empresa à época do ajuizamento da recuperação judicial, quais sejam:

- a) Matriz: Avenida General Osório, nº 98, Centro, Bagé/RS, CEP: 96.400-100;
- b) Filial 1: Avenida Santa Tecla, nº 713, Getúlio Vargas, Bagé/RS, CEP: 96.400-970;
- c) Filial 2: Rua Barão do Triunfo, nº 900, Centro, Bagé/RS, CEP: 96.400-120;
- d) Filial 3: Rua São João, 40, Getúlio Vargas, Bagé/RS, 96400-000;

As visitas contemplaram os endereços elencados, conforme registros fotográficos apresentados nas páginas 23 e 25 deste relatório, permitindo a aferição concreta da atual situação operacional da empresa.

No endereço correspondente à matriz, constatou-se que a recuperanda mantém suas atividades regulares, havendo indícios claros de funcionamento no local, o que demonstra a continuidade das operações.

Por outro lado, em relação ao endereço da Filial 1 (Av. Santa Tecla, 713), verificou-se que o imóvel não mais se encontra na posse da recuperanda, tendo sido retomado pela Ipiranga em agosto/2024, e encontrando-se, atualmente, em operação sob a marca Texaco, o que evidencia a perda da unidade operacional naquele local, em que pese a filial de CNPJ n.º 93.810.919/0002-02 ainda esteja ativa, conforme certidão apresentada.

Situação semelhante foi observada quanto ao endereço da Filial 2 (Rua Barão do Triunfo, 900), igualmente retomado pela Ipiranga, desta vez em dezembro/2025, reforçando o cenário de redução das atividades operacionais. Ademais, constatou-se que há aproximadamente seis meses a operação foi encerrada, tendo o imóvel sido posteriormente alienado a um empreendimento vizinho, o qual promoveu a demolição da estrutura, conforme se verifica nas fotos apresentadas ao final desse relatório. O CNPJ da filial (93.810.919/0003-93), todavia, ainda está ativo, conforme certidão apresentada.

Ademais, foi realizada diligência no endereço da Filial 3 (Rua São João, 40), no qual, conforme registros cadastrais, funcionaria uma filial da recuperanda, inscrita no CNPJ nº 93.810.919/0004-74. No local, não foram identificados sinais de atividade empresarial vinculada à recuperanda, destacando-se que a operação seria no mesmo local da Filial 1, já que os endereços, embora distintos, são em ruas que se cruzam. Em complemento, apurou-se, mediante consulta junto à Receita Federal, que o referido estabelecimento teve sua baixa registrada no ano de 2022, o que corrobora a inexistência de operação no local.

Diante desse conjunto fático, verifica-se que, embora haja manutenção de atividade no endereço da matriz, os demais locais anteriormente indicados como unidades operacionais não mais integram a estrutura ativa da recuperanda, seja por retomada por terceiros, seja por encerramento formal das atividades.



04. Estrutura do Passivo

Passivo Sujeito à Recuperação Judicial

O **Edital do Art. 7, §2º, da LREF**, apresenta 119 credores, atualmente, e perfaz o montante total de **R\$ 6.185.797,84**, conforme tabela abaixo apresentada:

VALORES DO EDITAL ART. 7, §2º, LREF

R\$ 6.185.797,84

Montante total consolidado · 119 credores

Classe I Trabalhista

R\$ 287.073,34

59 credores

Classe III Quirografários

R\$ 5.877.962,73

53 credores

Classe IV ME/EPP

R\$ 20.761,77

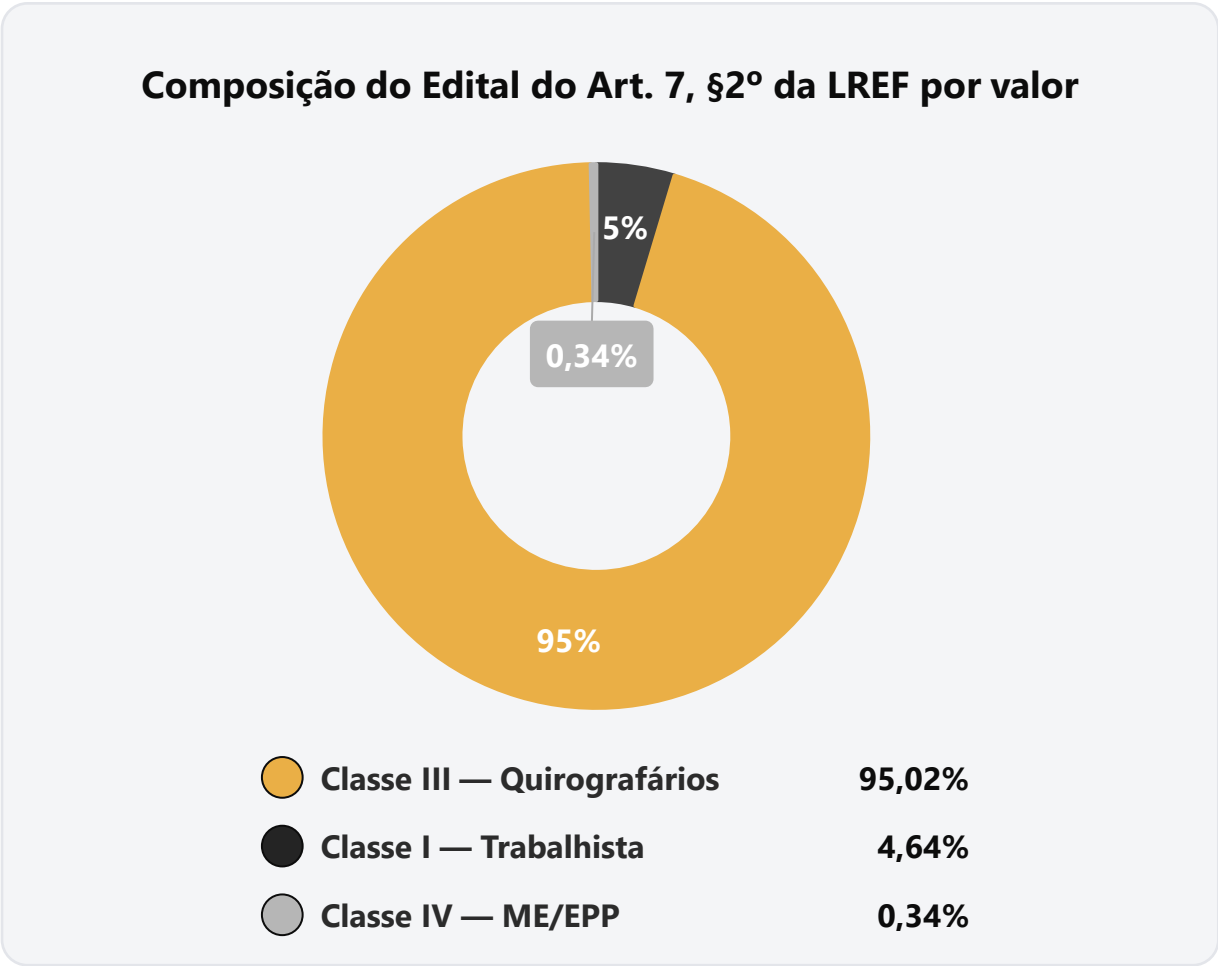
7 credores

Comparativo por edital

CLASSES	EDITAL ART. 52, §1º	EDITAL ART. 7º, §2º
Classe I — Trabalhista	R\$ 210.212,29	R\$ 287.073,34
Classe III — Quirografários	R\$ 7.882.298,09	R\$ 5.877.962,73
Classe IV — ME/EPP	R\$ 20.761,77	R\$ 20.761,77
TOTAL	R\$ 8.113.272,15	R\$ 6.185.797,84

Quatro principais credores

CLASSE	PRINCIPAIS CREDITORES	VALORES (R\$)
Classe III — Quirografários	Caixa Econômica Federal	R\$ 3.588.000,00
	Ipiranga Produtos de Petróleo Ltda.	R\$ 991.578,97
	Itaú Unibanco S.A.	R\$ 583.470,00
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	R\$ 452.073,05
Demais credores (115)		R\$ 570.675,82
TOTAL		R\$ 6.185.797,84



05. Análise Econômico-Financeira

Econômico-Financeiras



Esta seção explora as principais variações econômicas, financeiras e patrimoniais da recuperanda, mediante a análise dos principais indicadores que evidenciam a evolução do processo de recuperação da empresa.



De maneira a retratar essa evolução, foram utilizadas, para este Relatório Mensal de Atividades (RMA), informações pertinentes ao exercícios sociais de **2016 a 2023**, disponibilizadas a esta equipe técnica.



A Administração Judicial, com o objetivo de trazer transparência ao processo de Recuperação Judicial, dispõe de site específico (www.vonsaltiel.com.br), no qual disponibiliza aos credores e aos demais interessados os principais documentos do presente processo.



A integralidade da documentação está disponível em arquivo digital (PDF) em página compartilhada no *Dropbox*, a qual pode ser acessada por meio do link constante no ícone acima ou, ainda, poderá ser solicitada à Administração Judicial, que, como já tem feito, a encaminhará via e-mail.

Ressalta-se que, conforme alinhado durante a reunião realizada em 28 de maio de 2026, ficou acordado que os representantes da Recuperanda encaminharão, assim que possível, a documentação contábil mais atualizada, abrangendo os exercícios de 2024, 2025 e 2026. Registra-se, ainda, que a Recuperanda informou ter havido, recentemente, a troca do escritório de contabilidade responsável pela escrituração de suas operações, circunstância que também contribui para uma prazo maior, necessário à conclusão do fechamento contábil dos exercícios de 2024 a 2026.

05. Análise Econômico-Financeira

Balanço Patrimonial | Ativo

	2023	AV	AH	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Ativo Circulante	1.555.590	36%	30%	1.198.827	1.885.083	1.383.102	1.223.492	1.722.027	2.593.228	4.457.456
Disponibilidades	72.735	2%	-60%	182.756	329.954	105.965	88.245	211.206	654.602	218.923
Clientes	959.900	22%	101%	478.661	1.160.799	653.092	709.929	895.554	1.128.785	885.743
Adiantamentos	21.410	0%	-68%	67.912	-	4.111	3.664	18.276	14.590	-
Créditos Tributários	110.642	3%	5.378%	2.020	2.020	2.020	2.020	125.368	17.180	17.180
Outros Créditos	-	0%	-100%	97.700	58.451	65.777	42.356	43.898	54.667	1.554.530
Estoques	390.903	9%	6%	369.778	333.859	552.137	377.278	406.818	723.404	665.385
Sócios Conta Lucro	-	0%	0%	-	-	-	-	20.908	-	1.115.695
Ativo Não Circulante	2.731.502	64%	2%	2.670.742	2.885.559	3.027.156	2.588.716	2.580.706	2.567.788	1.912.479
Imobilizado	1.223.654	29%	1%	1.217.080	1.431.897	1.591.113	1.218.725	1.210.715	1.198.175	1.178.351
Intangível	1.369.613	32%	0%	1.369.613	1.369.613	1.369.613	1.369.613	1.369.613	1.369.613	734.129
Outros Créditos	138.235	3%	64%	84.048	84.048	66.430	378	378		
Total do Ativo	4.287.092	100%	11%	3.869.569	4.770.641	4.410.258	3.812.208	4.302.733	5.161.016	6.369.935

AV% - Análise vertical – apresenta a representatividade de cada rubrica perante o total do ativo;
AH% - Análise horizontal - apresenta a variação anual entre 2022 e 2023.

Inicialmente, destaca-se que as **Disponibilidades** apresentaram redução de 60% em 2023, quando comparadas ao exercício anterior. As principais variações ocorreram nas contas correntes mantidas junto ao Banco Itaú e ao Banrisul, bem como nas aplicações financeiras junto ao Banco Itaú. Com relação à rubrica de **Clientes**, verificou-se aumento expressivo de 101%, decorrente, principalmente, do incremento dos saldos de cheques pré-datados e de recebimentos via antecipação. Ressalta-se que tal rubrica representa parcela relevante do Ativo Total, correspondendo a, aproximadamente, 22%.

Outra rubrica relevante do Ativo refere-se aos **Estoques**. Em 02/09/2016, a relação de bens indicava R\$ 653.090,17 em mercadorias para revenda (estoques), valor semelhante ao saldo contábil de **Estoques** no Balanço Patrimonial de 2016, de R\$ 665.385,41. **Contudo, embora a Administração Judicial tenha solicitado a relação de bens atualizada para elaboração do 1º RMA, os representantes da Devedora encaminharam a mesma relação anteriormente disponibilizada, na qual consta a rubrica “Mercadorias para Revenda”, correspondente aos estoques, no valor de R\$ 653.090,17. Tal montante se aproxima do saldo contábil da rubrica Estoques do exercício social de 2016 (R\$ 665.385,41), mas diverge do saldo registrado em 2023 (R\$ 390.903,00), indicando que a relação não reflete a posição patrimonial da Recuperanda, em 2023.**

No que se refere aos **Créditos Tributários**, foi observado um aumento expressivo de 5.378%, variação decorrente do reconhecimento de PIS/COFINS e ICMS, que não apresentavam saldo em 2022 e passaram a registrar valores em 2023. Por outro lado, a conta de **Outros Créditos**, por sua vez, apresentou redução integral, uma vez que possuía saldo em 2022 e passou a não registrar valores em 2023. Ressalta-se que os valores anteriormente contabilizados estavam relacionados a clientes em cobrança judicial.

No **Ativo Não Circulante**, a rubrica mais representativa correspondeu ao **Intangível**, que manteve o mesmo saldo entre 2017 e 2023 de, aproximadamente, R\$ 1,3 milhão e representa 32% do Ativo Total em 2023. Nota-se que a rubrica é composta pela subconta de fundo de comércio, sem apresentar outras informações sobre sua composição. Já o **Ativo Imobilizado**, apresentou aumento de 1%, entre 2022 e 2023, decorrente, principalmente, do acréscimo na subconta de equipamentos eletrônicos. Ressalta-se que a composição detalhada do Ativo Imobilizado é apresentada na página 13 deste relatório.

Por fim, a rubrica de **Outros Créditos** - Ativo Não Circulante - sofreu uma adição de 64%, entre dezembro/2022 e dezembro/2023, em razão do crescimento das quantias registradas como bloqueio judicial. Destaca-se que a rubrica é composta apenas por saldos de bloqueios judiciais, sendo registrada de forma sintética, sem a discriminação dos valores que compõem tal rubrica.

05. Análise Econômico-Financeira

Balanço Patrimonial | Passivo



	2023	AV	AH	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Passivo Circulante	2.056.555	48%	-65%	5.805.118	5.207.742	4.674.711	4.227.376	4.951.679	3.952.816	3.470.963
Fornecedores	123.839	3%	215%	39.335	16.991	133.608	154.001	134.299	117.308	48.144
Provisões	725.456	17%	-83%	4.343.440	3.634.923	3.175.771	2.531.730	1.451.357	708.466	312.189
Obrigações Trabalhistas	268.920	6%	-68%	845.686	915.232	880.134	940.666	2.698.926	2.276.609	2.005.673
Obrigações Tributárias	408.142	10%	45%	281.370	317.703	342.904	372.928	156.661	190.558	11.734
Outras Obrigações	530.198	12%	80%	295.287	322.892	142.293	228.051	510.436	659.875	1.093.222
Passivo Não Circulante	12.848.302	300%	4%	12.320.374	12.320.203	12.276.808	12.468.164	7.613.032	8.738.951	8.039.516
Empréstimos e Financiamentos	5.045.227	118%	-7%	5.399.044	5.399.044	5.399.044	5.399.044	6.045.442	7.159.140	6.669.831
Fornecedores	-	0%	-100%	109.123	108.952	-	-	-	-	14.737
Obrigações Tributárias	6.487.976	151%	18%	5.497.394	5.497.394	5.497.394	5.497.394	-	-	-
Parcelamento Tributário	-	0%	0%	-	-	-	-	255.362	264.998	323.556
Fornecedores Recuperação Judicial	1.031.679	24%	0%	1.031.392	1.031.392	1.096.949	1.289.474	1.031.392	1.031.392	1.031.392
Outras Obrigações	283.421	7%	0%	283.421	283.421	283.421	282.252	280.836	283.421	-
Patrimônio Líquido	(10.617.765)	-248%	-26%	(14.255.923)	(12.757.303)	(12.541.260)	(12.883.332)	(8.261.978)	(7.530.751)	(5.140.544)
Passivo e Patrimônio Líquido	4.287.092	100%	11%	3.869.569	4.770.641	4.410.259	3.812.208	4.302.733	5.161.016	6.369.935

AV% - Análise vertical – apresenta a representatividade de cada rubrica perante o total do passivo;
AH% - Análise horizontal - apresenta a variação anual entre 2022 e 2023.

Primeiramente, observa-se aumento expressivo de 215% na rubrica de **Fornecedores** de curto prazo, decorrente, principalmente, da inclusão de diversos fornecedores que não apresentavam saldo em 2022, destacando-se a Souza Cruz Ltda. como o fornecedor de maior representatividade. Já os saldos de fornecedores de longo prazo apresentaram redução integral, passando a registrar saldo zerado em 2023, sendo que, em 2022, o saldo estava relacionado às empresas AMPM Comestíveis e Madeireira Guarujá.

Com relação à rubrica de **Provisões**, verificou-se uma queda significativa de 83%, em razão da redução de diversas provisões que constavam em 2022 e deixaram de apresentar saldo em 2023, com destaque para as provisões de *royalties* AMPM e Jet Oil.

Entre dezembro/2022 e dezembro/2023, verificou-se redução significativa nas **Obrigações Trabalhistas**, com queda de 68%, decorrente, principalmente, da diminuição dos saldos nas subcontas de provisão de férias e INSS. Em sentido oposto, as **Obrigações Tributárias** aumentaram tanto no curto quanto no longo prazo, com incremento de 45% no Passivo Circulante, influenciado sobretudo pela conta de ISSQN, e de 18% no Passivo Não Circulante, em razão dos valores vinculados à PGFN.

Na rubrica de **Outras Obrigações** (curto prazo), houve aumento de 80%, principalmente em razão dos valores registrados junto ao sócio, Sr. Marcus Vinicius Dias Fara. Já no Passivo Não Circulante, os **Empréstimos e Financiamentos** apresentaram queda de 7%, variação relacionada aos valores junto ao Banco Banrisul, embora a maior parte dos empréstimos permaneça concentrada junto à Caixa Econômica Federal.

Quanto às demais contas do **Passivo**, não foram identificadas variações relevantes no período. Por fim, o **Patrimônio Líquido**, sofreu uma diminuição de 26% entre os exercícios sociais de 2022 e 2023, decorrente, principalmente, da redução dos prejuízos acumulados, que passaram de R\$ 15 milhões para R\$ 11,4 milhões.

05. Análise Econômico-Financeira

Demonstração do Resultado do Exercício



	2023	AH	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Receita Bruta de Vendas	16.967.789	-6%	18.009.721	18.052.601	15.336.168	20.366.396	23.587.075	24.415.877	22.250.171
(-) Deduções da receita	2.086	-101%	(334.599)	(292.289)	(324.610)	(371.723)	(208.404)	(119.450)	(174.121)
(=) Receita Líquida	16.969.874	-4%	17.675.122	17.760.312	15.011.559	19.994.674	23.378.672	24.296.427	22.076.049
(-) Custos Mercadorias Vendidas	(14.130.867)	-3%	(14.541.051)	(14.638.667)	(12.482.574)	(17.057.520)	(19.694.498)	(19.570.959)	(18.212.157)
(-) Despesas Operacionais	(3.060.568)	-34%	(4.607.004)	(3.118.080)	(2.608.601)	(3.704.156)	(3.717.728)	(3.857.365)	(4.121.761)
(+) Outras despesas/receitas operacionais	(44.214)	-203%	42.951	111.668	287.411	1.421.406	808.664	156.556	1.322.691
(=) Resultado Operacional	(265.775)	-81%	(1.429.982)	115.233	207.795	654.403	775.109	1.024.659	1.064.823
(+/-) Resultado Financeiro	(32.915)	-52%	(68.638)	(331.276)	(207.795)	(654.403)	(775.109)	(1.024.659)	(1.064.823)
(=) Resultado do Exercício	(298.690)	-80%	(1.498.620)	(216.043)	(0)	0	0	(0)	(0)

AH% - Análise horizontal - apresenta a variação anual entre 2022 e 2023.

Na tabela acima, apresenta-se a evolução dos resultados anuais obtidos pela devedora entre os anos de **2016 e 2023**, no que diz respeito às receitas, aos custos e às despesas.

Inicialmente, destaca-se que houve redução de 6% na **Receita Bruta de Vendas** em 2023, quando comparada ao exercício social imediatamente anterior. Com relação às **Deduções da Receita**, verificou-se uma diminuição de 101%, ressaltando-se que, em 2022, houve o registro de impostos incidentes sobre as vendas, os quais não foram contabilizados em 2023. Além disso, em 2023, as devoluções de vendas foram registradas com sinal positivo, sendo somadas à Receita Bruta, procedimento inadequado, considerando a natureza redutora de tal rubrica. Contudo, com base na documentação disponibilizada, não foi possível verificar maiores detalhes acerca da composição ou da origem desse registro contábil.

Com relação aos **Custos das Mercadorias Vendidas**, houve redução de 3%, em linha com a queda observada na receita bruta de vendas. Já as **Despesas Operacionais**, apresentaram retração de 34% em 2023, quando comparadas ao exercício anterior, sendo a maior redução observada nas despesas gerais/administrativas. Ainda assim, destacam-se como despesas mais representativas os salários e os aluguéis de imóveis.

No que tange às **Outras Despesas/Receitas Operacionais**, observou-se que, entre 2016 e 2023, a rubrica registrou valores expressivos, atingindo seu ápice em 2019, com R\$ 1,4 milhão. Entre 2022 e 2023, nota-se redução de 203%. Em 2023, foram contabilizados, aproximadamente, R\$ 44 mil na subconta de outras despesas operacionais, composta principalmente por juros de antecipação de cartão de crédito.

Com relação ao **Resultado Financeiro**, verificou-se que, durante todo o período analisado, as despesas financeiras superaram as receitas financeiras. Em 2023, identificou-se uma redução de 52% em comparação ao resultado de 2022, demonstrando pequena melhora no resultado financeiro, embora o saldo tenha permanecido negativo em aproximadamente R\$ 32 mil. A melhora decorreu, principalmente, da redução das despesas financeiras, com destaque para a diminuição das despesas bancárias.

Por fim, a empresa apurou, em 2023, **Prejuízo Contábil** de, aproximadamente, R\$ 298 mil, resultado significativamente melhor do que o que foi registrado em 2022, quando a Recuperanda apresentou resultado negativo de R\$ 1,4 milhão. Assim, observa-se que, embora a Recuperanda tenha permanecido deficitária em 2023, houve redução do resultado negativo em relação ao exercício anterior, influenciada, principalmente, pela diminuição dos custos, das despesas operacionais e das despesas financeiras, apesar da retração da receita.

05. Análise Econômico-Financeira

Indicadores Financeiros

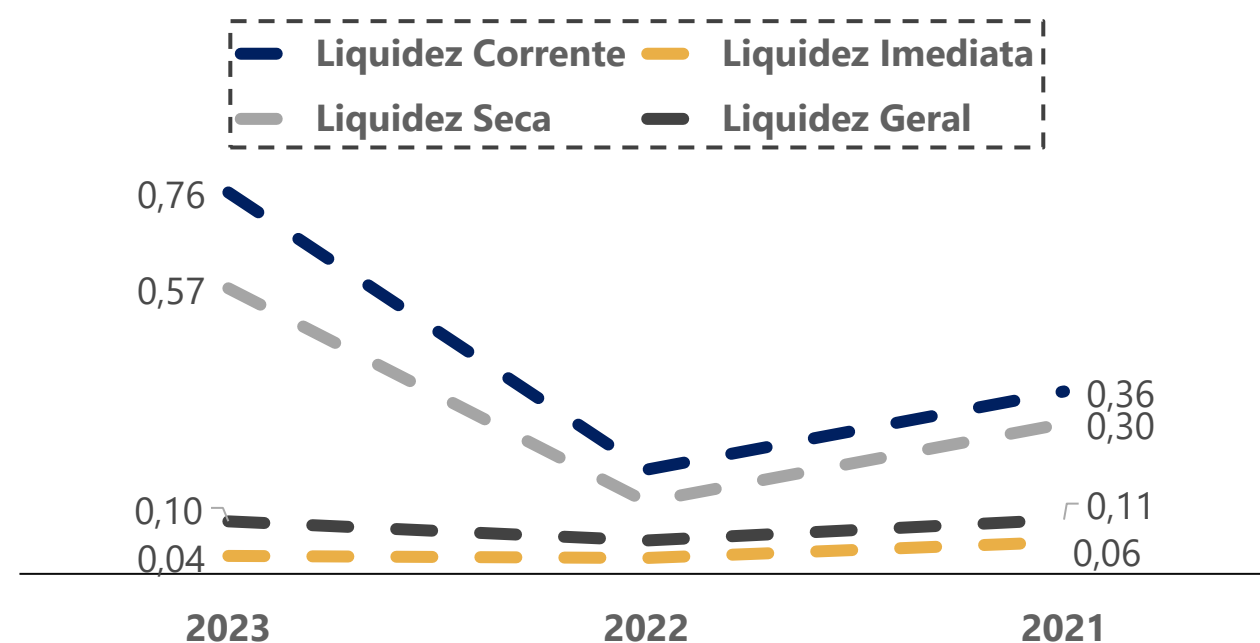
Os indicadores financeiros são métricas que coletam e geram informações sobre um determinado aspecto das demonstrações financeiras, sobretudo acerca da saúde financeira da organização e o quão rentável ela pode ser. Abaixo, apresentam-se alguns indicadores recomendados pela literatura de Finanças Corporativas:

Índices de Liquidez	Liquidez Corrente: mede a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante. Se a liquidez corrente for superior a 1,0, o capital de giro é positivo.	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Seca: mede a capacidade que ativos circulantes de maior liquidez têm para cobrir o passivo circulante.	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Geral: mede a capacidade de pagamento a Longo Prazo, ou seja, quanto há de ativo circulante e realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo.	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passível Exigível a Longo Prazo}}$
Índices de Endividamento	Participação do Capital de Terceiros: representa a relação entre capitais de terceiros e recursos totais.	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Total}}$
	Endividamento de curto prazo: evidencia a concentração de obrigações vencíveis em até um exercício, em relação ao total de obrigações.	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
Índices de Lucratividade	Margem Bruta: representa o quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$1,00 vendido, descontando somente o custo da mercadoria/serviço vendido. Quanto maior, melhor.	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida}}$
	EBITDA: representa o resultado de lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Quanto maior o resultado, melhor está a empresa.	$\frac{\text{Lucro Operacional} + \text{Juros} + \text{Impostos} + \text{Depreciação} + \text{Amortização}}{\text{Receita Líquida}}$
	Margem Líquida: representa o quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$1,00 vendido. Quanto maior, melhor.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$

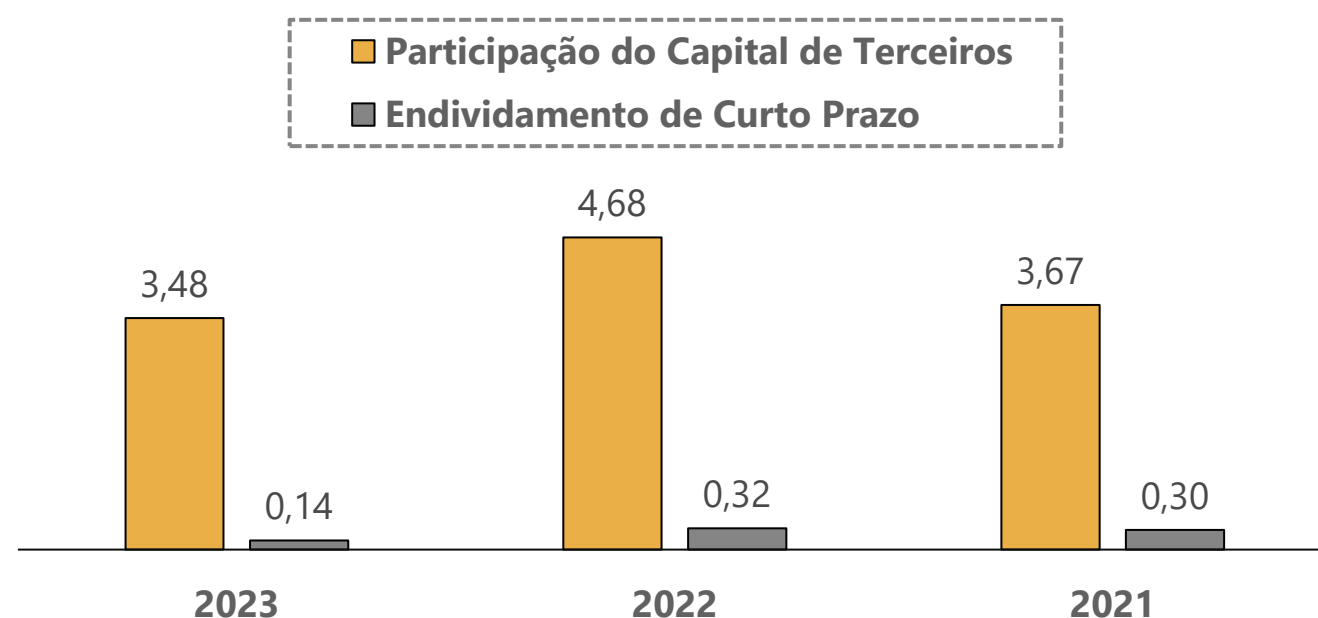
05. Análise Econômico-Financeira

Indicadores Financeiros

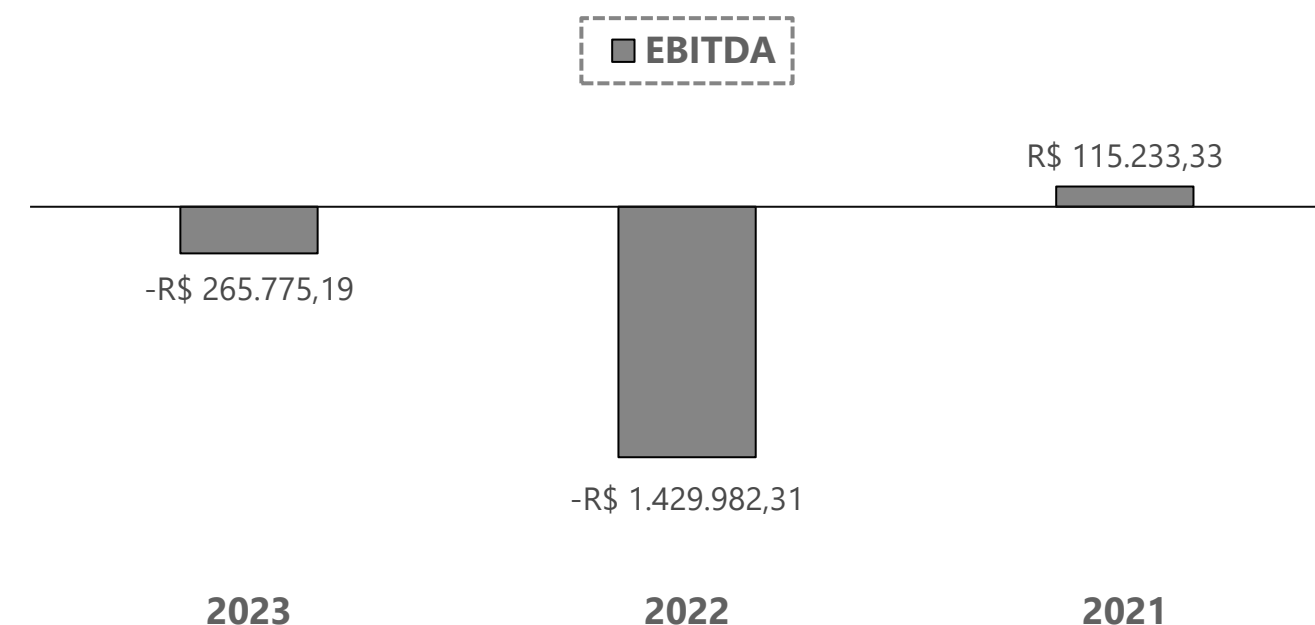
Índices de Liquidez



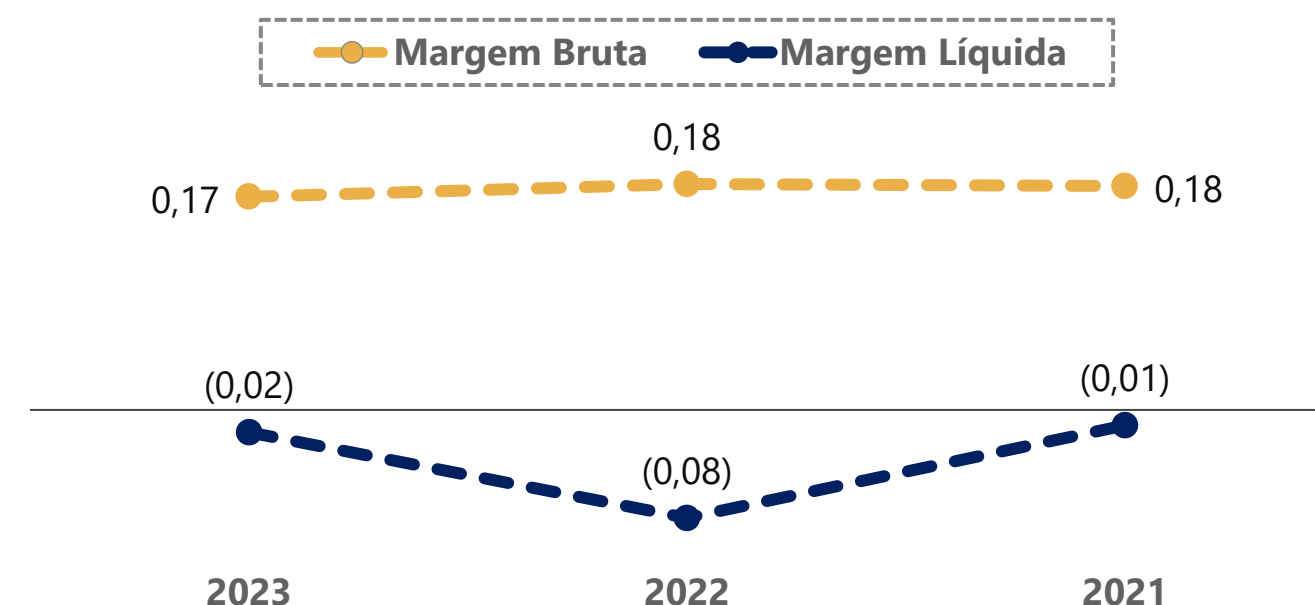
Índices de Endividamento



EBITDA



Margem Bruta x Margem Líquida



06. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento



Apresenta-se, a seguir, quadro-resumo das condições de pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda em 02/09/2016, no Evento 7 – PROCJUDIC11, páginas 22 a 29. O quadro consolida as principais condições aplicáveis a cada classe de credores, incluindo deságios, prazos, carências, critérios de atualização e forma de pagamento.

Atualmente, aguarda-se a convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberação acerca do Plano.

CLASSE	SUBCLASSE	MESES DE CARÊNCIA	PRAZO TOTAL PARA A QUITAÇÃO DO CRÉDITO	DESÁGIO	FORMA DE PAGAMENTO	ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO
Trabalhista	Verbas de natureza estritamente salarial até 5 salários-mínimos	Sem carência	Até 30 dias após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	Sem deságio	Até 30 dias após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	Não previsto
	Trabalhista até 10 salários-mínimos	Sem carência	Até 1 ano após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	Sem deságio	Pagamento limitado a 10 salários mínimos por credor em até um ano.	Não previsto
	Trabalhista excedente a 10 salários-mínimos	Sem carência	Até 1 ano após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	90%	Pagamento do saldo remanescente	Não previsto
Quirografária	Quirografários Operacionais	Sem carência	Até 3 anos após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	Sem deságio	Pagamentos anuais, pró-rata, 50% fixo e 50% variável conforme o fluxo de caixa livre.	TR + 6% a.a.
	Quirografários Financeiros	2 anos após o trânsito em julgado da decisão de homologação do PRJ	Até 10 anos após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	30%	Pagamentos anuais, pró-rata, 50% fixo e 50% variável conforme o fluxo de caixa livre.	TR + 6% a.a.
ME/EPP	-	Sem carência	Até 1 ano após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	Sem deságio	Pagamentos anuais, pró-rata, 50% fixo e 50% variável conforme o fluxo de caixa livre.	TR + 6% a.a.

Demais informações a respeito das condições de pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial podem ser acessadas pelo site <https://vonsaltiel.com.br/recuperacao-judicial/>.

07. Considerações Finais

Diante do exposto, a Administração Judicial vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer:

- a) O recebimento do **1º relatório de atividades** da Recuperanda, referente aos anos de **2016 a 2023**, a fim de fornecer a todas as partes interessadas os principais tópicos do processo de recuperação judicial em análise até o momento;
- a) Após a devida análise pelos Órgãos competentes, o julgamento do presente relatório.

Sendo o que se cumpria reportar, a Administração Judicial permanece à disposição desse Douto Juízo, bem como dos credores e da recuperanda para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nesses Termos,
É o Relatório.

Passo Fundo/RS, 9 de julho de 2026.

VON SALTIEL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

AUGUSTO VON SALTIEL
OAB/RS n.º 87.924

GERMANO VON SALTIEL
OAB/RS n.º 68.999

JULIANA RESCHKE
CRC/RS n.º 104.037/O

08. Anexos

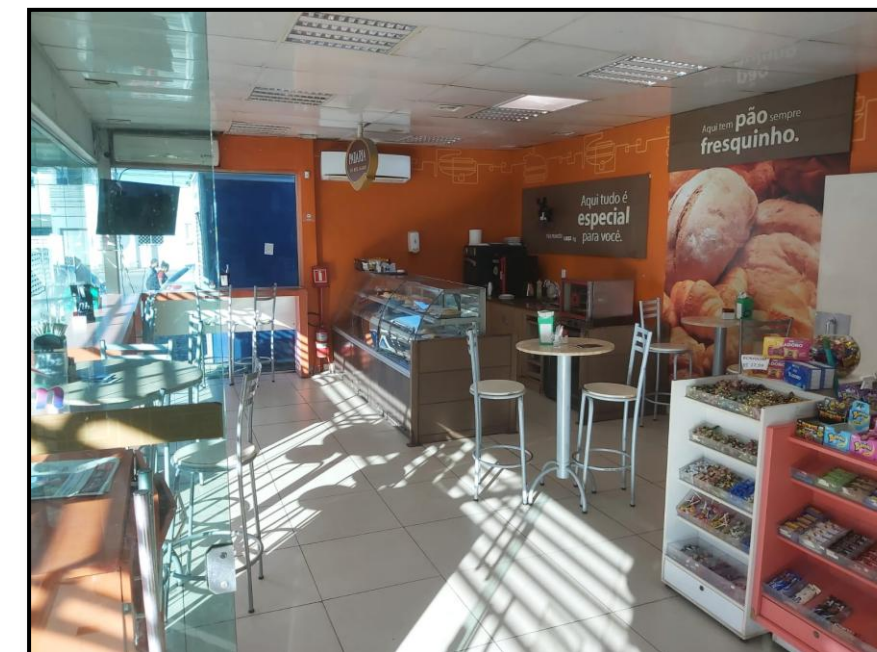
Inspeção *in loco* realizada na sede da Recuperanda em 28/04/2026¹



01 – Visão externa do posto (Matriz)



02 – Visão externa do posto (Matriz)



03 – Padaria (Matriz)



04 – Lojas (Matriz)



05 – Loja de troca de óleo (Matriz)



06 – Salas administrativas (Matriz)

¹ Endereço da matriz: Avenida General Osório, nº 98, Centro, Bagé/RS, CEP 96400-100, única unidade com operações vinculadas à Recuperanda. Além da matriz, existem outras sete filiais, sendo que quatro tiveram seu encerramento registrado na 3ª Alteração Pós-Consolidação do Contrato Social. Assim, remanescem as filiais 1, 2 e 4, com CNPJs ativos, porém sem operações ligadas à Recuperanda.

08. Anexos

Inspeção *in loco* realizada nas filiais 1, 2 e 3 da Recuperanda em 28/04/2026¹



01 – Visão externa do posto (Filial 1 e 3)



02 – Visão externa do posto (Filial 1 e 3)



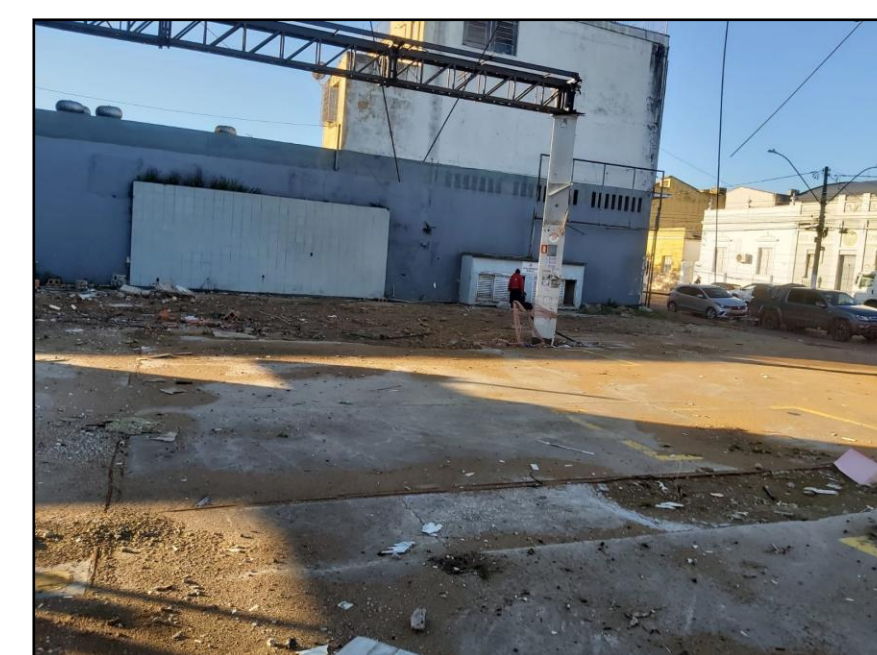
03 – Posto abandonado (Filial 2)



04 – Posto abandonado (Filial 2)



05 – Posto abandonado (Filial 2)



06 – Posto abandonado (Filial 2)

¹As imagens acima referem-se a endereços de antigas unidades da Recuperanda nas quais, atualmente, não são mais desenvolvidas atividades operacionais. Entre elas, estão a Filial 3, localizada na Rua São João, nº 40, Bairro Getúlio Vargas, CEP 96412-500, Bagé/RS, e a Filial 1, localizada na Avenida Santa Tecla, nº 713, Bairro Getúlio Vargas, CEP 96.400-970, Bagé/RS, situadas em endereços próximos, em região de esquina. Ademais consta a Filial 2, localizada na Rua Barão do Triunfo, nº 900, Centro, CEP 96.400-120, Bagé/RS.



VON SALTIEL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Telefones

(51) 3414-6760 / (48) 3197-2969

Whats Business

(51) 99171-7069

Endereço de e-mail

atendimento@vonsaltiel.com.br

Website

www.vonsaltiel.com.br